

ILMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.430.472/0001-07, com sede na Avenida José Wilker, n.º 605, Sala 927, Barra Olímpica, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-024, por seu representante legal, o Sr. ORIVALDO JOSE AZEVEDO, portador da inscrição CREA 143.497 D/SP e do CPF n.º 015.915.058-28, vem, tempestivamente, com fundamento no art. 165, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021, bem como no item 9 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90008/2026, apresentar as presentes

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa **ALL SPACE FACILITIES LTDA** (CNPJ 35.657.372/0001-70), em face da decisão desta Respeitosa Comissão de Licitação que habilitou a ora Recorrida, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas, requerendo ao final o integral **desprovemento do recurso** e a consolidação da **J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA** como vencedora do certame.

I – SÍNTESE DOS FATOS E DO OBJETO DO RECURSO

O presente Pregão Eletrônico n.º 90008/2026 (PROAD 2113/2026) foi instaurado pelo **Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região** com o escopo de contratar serviços comuns de engenharia em regime de execução misto para manutenção, adequações, adaptações e instalações prediais, distribuídos em 8 (oito) grupos distintos, cada qual correspondente a uma região, nos termos do Edital e seus Anexos. Realizada a sessão pública em 8 de abril de 2026 e encerrada a fase de lances, a empresa ora Recorrida foi regularmente classificada e, em **30 de abril de 2026**, declarada **habilitada** pela Comissão de Licitação, após minuciosa verificação da documentação apresentada, tendo o Pregoeiro concluído, fundamentadamente, pelo integral cumprimento dos requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório.

Inconformada com o resultado que lhe foi adverso, a empresa **ALL SPACE FACILITIES LTDA** interpôs Recurso Administrativo tempestivamente em 06/05/2026, sustentando, em síntese, que a Recorrida teria formulado declaração falsa acerca do cumprimento do percentual mínimo de contratação de aprendizes exigido pelo art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, o que configuraria, segundo a Recorrente, causa de inabilitação no certame. Para corroborar tal alegação, a Recorrente apresentou duas certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, datadas de 30/04/2026 e 06/05/2026, ambas indicando que o empregador se encontrava em número **inferior** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

A tese recursal, contudo, não merece prosperar, como se demonstrará nas razões que seguem. A pretensão da Recorrente assenta-se em premissas jurídicas equivocadas, em interpretação extensiva de exigência que a própria legislação e o Edital não consagram como hipótese de inabilitação automática neste certame, e em documentos cujo valor probante é relativo e não vinculante para a autoridade licitatória, configurando a irresignação, em verdade, manobra protelatória voltada a obstaculizar o regular encerramento do certame em detrimento da vencedora legitimamente classificada.

II – DA INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO FALSA

2.1- A DECLARAÇÃO DA RECORRIDA É VERDADEIRA E JURIDICAMENTE CONFORME AO EDITAL

A Recorrente afirma que a Recorrida teria prestado declaração **inverídica** ao declarar o cumprimento dos requisitos de habilitação. O argumento, porém, parte de uma premissa viciada em sua origem: **confunde o conteúdo da declaração exigida pelo edital com o cumprimento de obrigação trabalhista autônoma**, fiscalizada por instância distinta e por procedimento próprio, alheio à presente licitação.

O item 4.3 do Edital, em conjunto com o item 4.3.2, exige que o licitante declare que **"não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal"**. Tal declaração não versa, em momento algum, sobre o **percentual quantitativo de aprendizes contratados** — o chamado "sistema de cotas" do art. 429 da CLT —, mas sim sobre a vedação ao trabalho infantil em condições proibidas pela Constituição Federal. São, inequivocamente, institutos jurídicos distintos, com fundamentos normativos, finalidades e regimes sancionatórios absolutamente díspares.

O item 4.3.4, por sua vez, exige declaração de que o licitante "**cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas**". Tampouco tal disposição se confunde com o sistema de cotas de aprendizagem do art. 429 da CLT, que é instituto próprio, com escopo e destinatários específicos.

Nesse sentido, a declaração apresentada pela **J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA** é integralmente verdadeira em relação ao seu conteúdo material pois a empresa não emprega menor em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, não submete menores de 16 anos a trabalho fora das hipóteses legais e não possui empregados em trabalho degradante ou forçado.

A Recorrente não trouxe um único elemento de prova tendente a demonstrar o contrário. As certidões do MTE que instrui o recurso não apontam nem de longe nenhuma dessas irregularidades, limitando-se a registrar que o número de aprendizes da empresa seria inferior ao percentual mínimo do art. 429 da CLT, matéria de fiscalização trabalhista cuja apuração é de competência exclusiva do Ministério do Trabalho e Emprego, não do Pregoeiro, e que em nada guarda relação com o conteúdo veiculado na declaração exigida pelo instrumento convocatório.

A tentativa de equiparar a **cota de aprendizes da CLT** com a **vedação ao trabalho infantil constitucionalmente proibido** constitui erro jurídico de primeira grandeza, que não pode ser acolhido sem que se faça tábula rasa das mais elementares distinções do Direito do Trabalho.

O art. 429 da CLT cuida de política de inserção de jovens no mercado de trabalho, com percentuais mínimos de contratação incidentes sobre as funções que demandem formação profissional; o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, por sua vez, versa sobre proibição absoluta de exploração do trabalho infantil em condições perigosas, noturnas ou insalubres. Tratar ambos como expressão de uma mesma exigência editalícia é subverter a hermenêutica jurídica mais básica.

III – DO VALOR PROBATÓRIO RELATIVO DAS CERTIDÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E DA IMPOSSIBILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO COMO CAUSA AUTÔNOMA DE INABILITAÇÃO.

Ainda que se admitisse, **por mera concessão dialética**, que as certidões do MTE fossem capazes de demonstrar alguma irregularidade trabalhista relevante para este certame, o que se nega veementemente, subsistiria a questão central: **tais documentos são suficientes para ensejar a inabilitação da Recorrida neste certame?** A resposta é categórica e irremediavelmente **negativa**.

Com efeito, as próprias certidões apresentadas pela Recorrente contêm, em seu bojo, ressalvas expressas que mitigam seu valor probatório e afastam sua aptidão para gerar consequências automáticas na seara licitatória. Dentre as observações constantes dos próprios documentos, destacam-se:

- (a) os dados refletem a situação do empregador na data de referência do eSocial e não as situações submetidas a autos de infração, termos de compromisso ou decisões judiciais;
- (b) a certidão não tem validade para os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOOP);
- (c) as empresas enquadradas como ME ou EPP estão isentas do dever de contratar aprendizes, nos termos do art. 51, III, da Lei n.º 123/2006; e
- (d) a certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativas à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional.

Depreende-se, portanto, que as certidões apresentadas espelham **apenas os dados declarados pelo próprio empregador no e-Social**, sem qualquer validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Não há, nos documentos acostados ao recurso, qualquer auto de infração lavrado, qualquer notificação com trânsito em julgado administrativo, qualquer decisão administrativa ou judicial reconhecendo o descumprimento do art. 429 da CLT.

A Recorrente trabalha, portanto, com **indício administrativo** e não com prova concludente de eventual irregularidade, e pretende que tal indício, por si só, seja suficiente para desconstituir a habilitação de empresa regularmente declarada vencedora do certame após exaustivo procedimento de habilitação.

Ora, não é esse o standard probatório exigido pelo Direito Administrativo Sancionador para a produção de efeitos tão graves quanto a inabilitação de licitante em certame público.

A desconstituição de habilitação regularmente declarada exige prova robusta, concludente e derivada de regular procedimento administrativo com ampla defesa e contraditório e não mera extração de dados do e-Social, cujo próprio documento ressalva expressamente carecer de validação ministerial.

Acrescenta-se, ainda, que o **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90008/2026** não prevê como **requisito de habilitação a apresentação de certidão de regularidade quanto ao cumprimento do percentual de aprendizes** do art. 429 da CLT.

A análise da seção 8 do Edital que disciplina exaustivamente a habilitação jurídica (8.3), a regularidade fiscal, social e trabalhista (8.4), a qualificação econômica e financeira (8.5) e a qualificação técnica (8.6), não contempla, em nenhum de seus subitens, exigência de apresentação de certidão atestando o cumprimento da cota de aprendizagem da CLT. Ausente tal previsão editalícia, descabido é exigir documento não previsto como condição de habilitação, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio da **legalidade**, que obrigam a Administração a julgar dentro dos limites por ela mesma estabelecidos no ato convocatório.

Sob esse prisma, a inabilitação pretendida pela Recorrente constituiria **inovação do edital por via recursal**, modalidade de manipulação procedimental que a jurisprudência administrativa e os Tribunais de Contas há muito repudiam.

Não se pode, ao arrepio do princípio da vinculação, exigir de licitante habilitada o cumprimento de requisito que o próprio edital não estabeleceu como condição de habilitação.

IV – DA QUESTÃO DO ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP:

4.1- ISENÇÃO LEGAL DO DEVER DE CONTRATAÇÃO DA COTA DE APRENDIZES.

As próprias certidões do MTE anexadas pela Recorrente são explícitas ao consignar que **"as empresas enquadradas como ME ou EPP, portanto, isentas do dever de contratar aprendizes, conforme art. 51, III, da Lei nº 123, de 2006, não terão seu enquadramento comprovado por esta certidão"**. O documento acrescenta ainda que **"cabe ao órgão que realiza a licitação informar às empresas licitantes quais documentos exigirá para comprovar o efetivo enquadramento como ME ou EPP"**.

Nessa esteira, sobressai questão fundamental que a Recorrente deliberadamente ignorou: **a J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA pode estar enquadrada como Microempresa ou**

Empresa de Pequeno Porte, hipótese em que estaria legalmente isenta do dever de contratar aprendizes nos moldes do art. 429 da CLT, por força do art. 51, III, da Lei Complementar n.º 123/2006, que assim dispõe:

"Art. 51. As microempresas e empresas de pequeno porte são dispensadas das seguintes obrigações: [...] III – a contratação de aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT".

As próprias certidões do MTE, ao mencionarem tal possibilidade de isenção, reconhecem expressamente que não são aptas a confirmar ou afastar o enquadramento como ME/EPP — e, portanto, tampouco são aptas a concluir, de maneira peremptória, que a Recorrida descumpriu obrigação da qual pode estar legalmente dispensada. Não há nos autos do processo licitatório qualquer elemento que afaste a hipótese de enquadramento da J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA como empresa de pequeno porte, e a Recorrente não se deu ao trabalho de comprovar o contrário, limitando-se a apresentar documentos que contêm ressalvas expressas à sua própria conclusividade.

Desse modo, a argumentação da Recorrente claudica em suas próprias premissas, pois apresenta como prova concludente de irregularidade documentos que, por sua própria natureza, reconhecem não ser capazes de concluir pela irregularidade em face da possível isenção legal.

V – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

5.1- INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA DE INABILITAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZES

O princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, expressamente consagrado no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, constitui vetor estruturante do procedimento licitatório. Tal princípio tem dupla incidência: vincula **os licitantes** ao cumprimento das regras do edital, e vincula **a Administração** a não exigir além nem aquém do que previu. Como afirma a doutrina administrativista, o edital é a **"lei interna da licitação"**, e nem a Administração nem os concorrentes podem dele se apartar unilateralmente.

Nesse contexto, é juridicamente inadmissível que, por via de recurso administrativo interposto por concorrente derrotado, se pretenda acrescentar ao edital requisito de habilitação que ele não previu.

A seção 8.4 do Edital elenca taxativamente os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos para habilitação: prova de inscrição no CNPJ (8.4.1); certidão conjunta RFB/PGFN (8.4.2); prova de regularidade com o FGTS (8.4.3); e certidão negativa de débitos trabalhistas — CNDT (8.4.4). **Em nenhum momento o Edital exige certidão relativa ao cumprimento da cota de aprendizagem do art. 429 da CLT.** A listagem é exaustiva, e a Recorrente não pode — por intermédio de recurso — inserir no rol de habilitação documento não previsto pelo TRT3 quando da elaboração do instrumento convocatório.

Registre-se, por fim, que o art. 8º da Lei n.º 14.133/2021 elenca a regularidade trabalhista entre os princípios que regem as contratações públicas. Todavia, a regularidade trabalhista exigida como condição de habilitação é a regularidade **perante a Justiça do Trabalho — CNDT** —, e não a regularidade perante o Ministério do Trabalho quanto ao cumprimento de cotas setoriais específicas. Trata-se de campos autônomos e de competências distintas, cujo tratamento deve observar a dicotomia que a própria legislação estabelece.

VI – DA INAPLICABILIDADE DO ART. 92 DA LEI N.º 14.133/2021 AO CASO CONCRETO: AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS PARA CONFIGURAÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA

A Recorrente invoca, em sua peça recursal, o art. 92 da Lei n.º 14.133/2021, que prevê a aplicação de sanções em caso de **declaração falsa** no curso do procedimento licitatório. O argumento, contudo, não prospera, porquanto ausentes os pressupostos elementares de sua incidência.

Para que se configure declaração falsa, é imprescindível que:

- a) o declarante afirme fato que sabe ser inverídico;
- b) a falsidade recaia sobre o conteúdo **material** da declaração exigida; e
- c) haja nexo de causalidade entre a falsidade e a participação ou vantagem obtida no certame.

Como demonstrado no Capítulo II destas Contrarrrazões, a declaração da Recorrida, nos termos do item 4.3.2 do Edital, versa sobre a **vedação ao trabalho infantil em condições proibidas pela Constituição** e não sobre a cota quantitativa de aprendizes do art. 429 da CLT.

Em relação ao conteúdo **efetivo** da declaração exigida, a Recorrente não trouxe qualquer elemento de prova de que a Recorrida empregue menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou que empregue menor de 16 anos fora das hipóteses legais. Portanto, a declaração é, em relação ao seu conteúdo verdadeiro, **absolutamente veraz**.

De igual modo, a Declaração Conjunta de Atendimento ao Edital, subscrita digitalmente pelo representante legal da Recorrida em 10 de abril de 2026, abrange também o item 3 — "**Trabalho do Menor e Trabalho Escravo**" em que a empresa declara cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empregando menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos.

Tal declaração, reitera-se, é integralmente correspondente ao objeto da exigência editalícia, sendo inverídica a afirmação da Recorrente de que haveria falsidade em seu conteúdo.

Nesse contexto, a invocação do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021 constitui **argumento infundado**, que não encontra amparo nos fatos narrados nem nos documentos acostados ao recurso, e que não pode ser utilizado como instrumento de pressão para desconstituir resultado licitatório legítima e regularmente alcançado.

VII – DA IMPUGNAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA INVOCADA PELA RECORRENTE: INAPLICABILIDADE DOS PRECEDENTES AO CASO CONCRETO

A Recorrente transcreve os Acórdãos n.º 1189/2019 e n.º 1902/2021, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União, buscando sustentar que o Pregoeiro deve observar estritamente as exigências do edital e não pode flexibilizar critérios objetivos de habilitação. Tal argumento, todavia, revela-se **uma falácia de petição de princípio**: parte da premissa, que pretende demonstrar, de que haveria requisito editalício descumprido, para daí concluir que o Pregoeiro deveria inabilitar a Recorrida.

Os precedentes do TCU, ao contrário do que sustenta a Recorrente, **reforçam a posição da Recorrida**. Com efeito, se "cabe ao Pregoeiro limitar-se à análise das exigências estabelecidas no edital" (Acórdão 1189/2019), então a conclusão lógica e inevitável é que **não pode o Pregoeiro inabilitar licitante por descumprimento de requisito que o edital não previu**. O Acórdão 1189/2019 é, portanto, argumento **contra** a Recorrente e não a seu favor.

O mesmo raciocínio se aplica ao Acórdão n.º 1902/2021, segundo o qual "o Pregoeiro deve observar estritamente o edital e não possui competência para reconsiderar ou flexibilizar exigências legais

fiscalizadas por órgãos especializados, como o Ministério do Trabalho e Emprego". Ora, **se o cumprimento da cota de aprendizes é matéria de competência fiscalizatória do MTE**, conforme o próprio precedente reconhece, então o Pregoeiro não pode, por via recursal, substituir a competência do MTE e declarar inabilitada empresa que perante aquele Ministério não sofreu qualquer autuação, penalidade ou desconstituição da situação administrativa. A apuração do descumprimento do art. 429 da CLT e a aplicação das respectivas sanções é função **exclusiva do MTE**, por seus Auditores Fiscais do Trabalho, mediante regular processo administrativo com observância do contraditório e da ampla defesa.

Pretender que o Pregoeiro, com base em certidão extraída do eSocial — documento que o próprio MTE ressalva expressamente carecer de validação —, declare inabilitada empresa vencedora de certame, sem qualquer autuação, sem regular processo administrativo e sem condenação pelo órgão competente, implicaria, paradoxalmente, violação à separação de competências que a própria jurisprudência do TCU invocada pela Recorrente consagra.

VIII – DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE: A INABILITAÇÃO PRETENDIDA CONSTITUI MEDIDA DESPROPORCIONAL E CONTRÁRIA AO INTERESSE PÚBLICO

A inabilitação de licitante é medida de exceção, reservada para hipóteses em que o descumprimento de requisito de habilitação seja **grave, comprovado e materialmente relevante** para a execução do objeto contratual. Não é qualquer irregularidade formal ou administrativa — e menos ainda um indício não validado — que justifica medida tão drástica quanto privar o poder público da proposta mais vantajosa e a vencedora do resultado que legitimamente conquistou.

O princípio da proporcionalidade, previsto no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, impõe que a medida administrativa adotada seja adequada, necessária e proporcional em sentido estrito à finalidade que se pretende alcançar. No caso concreto, a inabilitação da J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA com base em certidão extraída do eSocial — sem autuação, sem processo administrativo concluído, sem decisão ministerial, sem verificação do possível enquadramento como ME/EPP — seria medida **inadequada, desnecessária e desproporcional**, que causaria gravíssimo prejuízo ao erário, ao interromper certame já concluído com resultado legítimo, além de lesar irreparavelmente a Recorrida, que participou do certame de boa-fé e cumpriu integralmente os requisitos editalícios.

O interesse público — que deve nortear toda a atividade licitatória — não é servido pela anulação de resultado legítimo com base em argumento construído sobre presunções relativas e documentos ressaltados pelo próprio órgão emissor. O interesse público é servido pela **célere, eficiente e legítima contratação** da empresa que ofereceu a proposta mais vantajosa, atendeu todos os requisitos editalícios e foi regularmente habilitada após criterioso procedimento de análise documental.

IX – DO CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO E DA AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS

O Recurso Administrativo interposto pela **ALL SPACE FACILITIES LTDA** apresenta, desde sua concepção, vício de mérito que o priva de qualquer fundamento jurídico sólido. A análise de seu conteúdo revela que a Recorrente: **(i)** confunde institutos jurídicos distintos (vedação ao trabalho infantil **vs.** cota de aprendizes); **(ii)** invoca jurisprudência que, na verdade, contraria sua pretensão; **(iii)** apresenta documentos que o próprio órgão emissor ressalva quanto à conclusividade; **(iv)** silencia sobre a possível isenção legal da Recorrida como ME/EPP; e **(v)** não aponta nenhum descumprimento efetivo do conteúdo material da declaração exigida pelo Edital.

O conjunto dessas circunstâncias evidencia que o recurso tem, na prática, **finalidade protelatória**: busca adiar a formalização do contrato com a vencedora legítima, na esperança de que, ao longo do processo recursal, surja oportunidade de subverter resultado licitatório que o mercado — por meio de proposta objetivamente menos vantajosa — não lhe pôde garantir na fase de lances. Tal utilização abusiva da via recursal é conduta que merece ser repudiada pela Comissão de Licitação, com o consequente **desprovemento do recurso** e a consolidação da vencedora do certame.

X – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, e com fundamento em todo o quanto foi demonstrado nas razões expostas, requer a **J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA** ao Ilustríssimo Pregoeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

a) O integral **conhecimento e desprovemento** do Recurso Administrativo interposto pela ALL SPACE FACILITIES LTDA, por ausência de fundamento jurídico e probatório apto a desconstituir a habilitação regularmente declarada desta Recorrida;

b) A manutenção integral da decisão que **habilitou a J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA** no Pregão Eletrônico n.º 90008/2026, reconhecendo-se a higidez e legalidade do procedimento adotado pelo Pregoeiro;

c) A **consolidação da J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA como vencedora do certame**, com o consequente prosseguimento regular dos atos subsequentes ao resultado do Pregão Eletrônico, culminando na adjudicação e homologação do objeto em favor desta Recorrida;

d) Subsidiariamente, caso assim não entenda esta Douta Comissão, requer-se que, antes de qualquer deliberação sobre eventual inabilitação, seja a **J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA** notificada para apresentar, no prazo legal, as justificativas e documentos que entender pertinentes, em estrito respeito ao **contraditório e à ampla defesa**, assegurados constitucionalmente pelo art. 5º, LV, da Constituição Federal, e expressamente previstos no art. 165, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento,

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2026.

J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 40.430.472/0001-07
